



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	1849611/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
CNPJ:	03.133.097/0001-07
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	CLAUDINEI SINGOLANO
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ALTO GARCAS
NÚMERO OS:	5238/2025
EQUIPE TÉCNICA:	JOAO ROBERTO DE PROENÇA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA DEFESA	3
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	48
4. CONCLUSÃO	50
4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE	50



1. INTRODUÇÃO

Após citado, conforme Ofício nº 423/2025/GC/GAM, de 25 de julho de 2025 (documento digital nº 622535/2025), para apresentar defesa acerca das irregularidades apontadas nos autos das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Alto Garças, referente ao exercício de 2024, o interessado acostou aos autos a manifestação de defesa (documento digital nº 639454/2025), os quais passamos a análise item a item:

2. ANÁLISE DA DEFESA

CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2024

1) AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_01. Percentual da receita base definida pela Constituição Federal e lei específica, aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, abaixo do mínimo de 25% (art. 212 da Constituição Federal; art. 1º da Lei nº 14.113/2020).

1.1) Não houve cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Conforme se extrai do achado de auditoria, o não atingimento do limite mínimo constitucional, ocorreu em razão da exclusão das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica a quantia de R\$ 988.897,66, referente a R\$ **348.490,61, Outras**



Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) e - R\$ 640.407,05, Superávit do exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual, conforme Quadro 8.13 do Relatório Preliminar.

Quanto ao valor de R\$ 348.490,61, referente a Outras Despesas que não se enquadram na MD, a justificativa para a exclusão, consta na página 81 do Relatório Preliminar:

"Da análise documental, constatou-se que os Empenhos nº 006256/2024, no valor de R\$ 275.634,78 e nº 006338/2024, no valor de R\$ 72.855,83, totalizando R\$ 348.490,61, apesar de serem empenhados como manutenção e desenvolvimento de ensino, na Fonte 500, 1001 - Código de Destinação de Recursos, foram pagos com recursos do Fundeb, na conta corrente nº 0000000017197-2, agência 2927-0, banco do brasil..." (gn)

A conclusão está equivocada, pois conforme evidenciado acima, o valor excluído em razão do pagamento ter ocorrido pela conta bancária do FUNDEB, mencionando que a despesa é típica do MDE (folha de pagamento), contabilizado na fonte 500, 1001.

Ocorre que, apesar do pagamento ocorrer pela conta do FUNDEB, os recursos utilizados são oriundos do **Imposto de Renda Retido na Fonte** diretamente na folha de pagamento em períodos anteriores que não são recursos recebidos do FUNDEB, mas apropriado quando do pagamento de salário dos servidores.

Para comprovar, o Quadro 8.12, página 251 do Relatório preliminar, evidencia o Saldo Inicial do FUNDEB em R\$ 1.167.805,80, demonstrado na pág. 5/376.

Porém, na conta do FUNDEB 17197-2 (Movimento e Aplicação), o saldo era de R\$ 1.519.233,37, dividido assim:

Fonte 540 = R\$ 1.167.805,80 e



Fonte 500 = R\$ 351.427,57

Comprova-se então, que na referida conta havia recursos de impostos, como já explicado anteriormente, conforme segue Extratos da conta Aplicação e Movimentação que comprovam o alegado, (**Doc. 02 - Anexo I e Doc. 03 - Anexo II**).

Assim, fica comprovado que os empenhos, foram pagos com recursos de IRRF que estavam na conta do FUNDEB, em razão da retenção, haja visto, ser vedada a transferência de recursos da conta do FUNDEB para conta de arrecadação do município.

Quanto ao valor de R\$ 640.407,05, recursos de Superávit Financeiro, não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual, não prospera a exclusão, por 02 (dois) motivos:

Primeiro: A justificativa para a exclusão, consta na página 86 do Relatório Preliminar, da seguinte forma:

"O quadro acima demonstra que valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual foi de R\$ 640.407,05, contrariando o que dispõe o art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020". (gn)

Neste sentido, imperioso trazer ao debate, o dispositivo infraconstitucional, que estabelece a forma de aplicação dos recursos do FUNDEB relativo à complementação da União, utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, previsto no Art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020, *in verbis*:

"Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



(...)

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional". (gn)

Intuitivamente sabe-se que existe diferenças, ainda que sutis, de emprego de dever e poder, e, no dispositivo do §3º da norma vigente, o legislador deixou explícito, que os recursos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, e não que os recursos deverão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente.

Nesse passo, é de notório conhecimento de que, poderão, significa uma faculdade, uma possibilidade, e não se constitui numa obrigação, assim, o Gestor Público não pode ser punido em razão de uma faculdade trazida pela norma jurídica, se aplicou o montante no exercício posterior (exercício analisado), mas após o primeiro quadrimestre.

Segundo: As regras que vincula as obrigações do jurisdicionado, para aplicação do percentual mínimo de 25% em Despesas com a Manutenção do Ensino, estão definidas pelos Artigos 212 e 212-A, da Constituição Federal, e, a Lei 14.113/2020, corroborado pelo fato de que, não houve essa metodologia, aplicada na instrução processual nas Contas de Governo desse município, conforme quadros abaixo - **Contas de 2021, processo 411850/2021, página 110 do relatório (pág. 7/376).**

Contas de 2022, processo 89052/2022, páginas 120 e 121 do relatório (pág. 8/376).

Contas de 2023, processo 537489/2023, páginas 124 e 125 do relatório (pág. 9/376).



Assim sendo, três exercícios, em nenhum deles houve a dedução do valor em questão no cálculo dos 25%, e, agindo assim, trata-se de decisão surpresa, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.

Pelo exposto, requer-se a utilização da mesma metodologia dos três últimos exercícios, apurada conforme quadro demonstrado na pág. 10 e 11/376.

Por fim, demonstrado a aplicação mínima de 25%, determinados pela Constituição Federal, requer-se o afastamento do achado."

Análise da Defesa:

A defesa argumenta que a conclusão está equivocada, referente os empenhos nº 006256/2024, no valor de R\$ 275.634,78 e nº 006338/2024, no valor de R\$ 72.855,83, totalizando R\$ 348.490,61, apesar de serem empenhados como manutenção e desenvolvimento de ensino, na Fonte 500, 1001 - Código de Destinação de Recursos, foram pagos com recursos do Fundeb, na conta corrente nº 0000000017197-2, agência 2927-0, banco do brasil.

A defesa destaca que, apesar do pagamento ocorrer pela conta do FUNDEB, os recursos utilizados são oriundos do Imposto de Renda Retido na Fonte diretamente na folha de pagamento em períodos anteriores que não são recursos recebidos do FUNDEB, mas apropriado quando do pagamento de salário dos servidores.

Não assiste razão ao interessado, pois todos os recursos recebidos do FUNDEB foram considerados na manutenção e desenvolvimento do ensino, no total de R\$ 11.468.719,27, estando somado na Linha (E) do Quadro de Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais, conforme demonstrado abaixo:

Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais	
APLIC	
Descrição	Valor Empenhado (a) R\$



Despesas com MDE custeadas com receita de impostos- Exceto FUNDEB (A)	R\$ 7.322.040,49
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 348.490,61
Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C	R\$ 6.973.549,88
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 11.468.719,27
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 640.407,05
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 93.282,79
(=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I	R\$ 17.708.579,31
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 74.178.277,35
Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %	23,87%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)	-1,12%
Situação (O)	IRREGULAR

Portanto, conforme demonstrado acima, os Empenhos nº 006256/2024 e 006338 /2024, realizados em 20/12/2024, no total de R\$ 348.490,61(documento digital nº 618184/2025 - pág. 104 a 125/125), foram contabilizados incorretamente na Fonte: 500 - 1001, como recursos aplicados em MDE e são recursos do FUNDEB, já foram computados na receita do FUNDEB, no valor de R\$



11.468.719,27, e por conseguinte já foram considerados no total das despesas para fins de limite (=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I, R\$ 17.708.579,31).

A seguir o resumo das despesas solicitados da prefeitura para análise:

CONSULTA DE EMPENHOS					
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS/2024					
Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Dest. Rec. Cód. Especificação	Cód. Destinação Recurso
29/02/2024	001187/2024	IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELLI ME	229.100,00	540	0
23/05/2024	002740/2024	L F V GOMES ENGENHARIA LTDA	414.772,53	540	0
21/06/2024	003245/2024	DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA	58,60	540	0
21/06/2024	003246/2024	MARIA JOSÉ DOS REIS NETO ME	1.105,92	540	0
21/06/2024	003247/2024	RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA	259,95	540	0
21/06/2024	003251/2024	SUPERMERCADO JDGM LTDA	528,99	540	0
28/06/2024	003544/2024	DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA	464,43	540	0
20/12/2024	006256/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT	275.634,78	500	1001000
20/12/2024	006338/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT	72.855,83	500	1001000
Soma			994.781,03		

Quanto ao valor de R\$ 640.407,05, que foi excluído na linha (G) é referente ao Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual e faz parte do modelo de relatório de contas de governo, utilizado pelo TCE/MT, na Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE.

Diante disso, permanece o apontamento, pois o município aplicou em MDE o valor de R\$ 17.708.579,31, equivalente a 23,87% da Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base R\$ 74.178.277,35 (K)).



Resultado da Análise: MANTIDO

2) AA04 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_04. Encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente sem a utilização de 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício (art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020).

2.1) No primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente não aplicou 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício (art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"O achado trouxe o descumprimento do Art. 25, § 3º, da Lei nº. 14.113/2020, pois não houve a aplicação dos 100% dos recursos do FUNDEB, inclusive até o primeiro quadrimestre do exercício posterior, justificando a possível irregularidade, da seguinte forma:

"O quadro acima demonstra que valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual foi de R\$ 640.407,05, contrariando o que dispõe o art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020". (gn)

Quanto ao suposto descumprimento da regra, imperioso trazer ao debate, o dispositivo infraconstitucional, que estabelece a forma de aplicação dos recursos do FUNDEB relativo a complementação da União, utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, previsto no Art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020, *in verbis*:

"Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em



que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

(...)

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." (gn)

Intuitivamente sabe-se que existe diferenças, ainda que sutis, de emprego de dever e poder, e, no dispositivo do §3º da norma vigente, o legislador deixou explícito, que os recursos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, e não que os recursos deverão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente.

Nesse passo, é de notório conhecimento de que, poderão, significa uma faculdade, uma possibilidade, e não se constitui numa obrigação, assim, o Gestor Público não pode ser punido em razão de uma faculdade trazida pela norma jurídica, se aplicou o montante no exercício posterior (exercício analisado), mas após o primeiro quadrimestre.

Apesar disso, a norma não previu que, no caso de os recursos não serem aplicados até o primeiro quadrimestre do ano seguinte, as despesas realizadas não seriam consideradas como Despesas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, e, seriam excluídas do cálculo de apuração do percentual mínimo.

Apesar de terem sido realizadas em data superior àquela estabelecida pelo Artigo 25, §3º, isso não modifica a natureza das



despesas, ao ponto de lhe retirar a condição de despesas em educação, pelo contrário. Infringiu-se a regra temporal, mas não a sua condição de despesas em educação.

Assim sendo, com fundamento do princípio da legalidade, pede-se o afastamento do achado de auditoria."

Análise da Defesa:

No exercício de 2024 foi apurado o Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual, no total de R\$ 640.407,05, conforme modelo de relatório de contas de governo 2024 a seguir:

Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB	
APLIC	
Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 1.227.367,57
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 869.507,05
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 229.100,00
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D) B- C	R\$ 640.407,05

Diante disso, permanece o apontamento.

Resultado da Análise: MANTIDO

3) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).



3.1) *Não reconhecimento pela entidade dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias mensalmente* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"In casu, os achados 3.1 e 4.1, versam sobre o não registro contábil das apropriações mensais das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro, exigido pela Portaria nº. 548/2015 do STN.

Sabe-se que no setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação, de acordo com a Lei nº. 4.320/64.

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas”. (gn)

Entretanto, sob a ótica praticada pela Lei nº. 4.320/1964 não é suficiente para a correta mensuração, avaliação e registro dos fatos contábeis do setor público, devendo, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedecer aos princípios de contabilidade.

Desse modo, aplicar-se-á o regime da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio da entidade deverão serem reconhecidos quando do surgimento, independentemente de recebimento ou pagamento.

Nessa lógica, também não há exigência de que as despesas orçamentárias sejam empenhadas ou que as receitas orçamentárias sejam efetivamente arrecadadas para que haja o devido reconhecimento sob o ponto de vista patrimonial.

Assim sendo, apesar do Art. 35 da Lei nº. 4.320/1964 referir-se ao regime orçamentário, ressalte-se que o regime contábil sob o ponto



de vista patrimonial deve ser aplicado ao setor público em sua integralidade para reconhecimento de fatos contábeis.

No estudo e acompanhamento do objeto do patrimônio público, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme estabelece a Lei nº. 4.320/1964, in verbis:

“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

[...]

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

[...]

Art. 100. As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.

[...]

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”. (gn)

Nesse passo, observa-se que, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se que sejam evidenciados os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, bem como à apuração de custos, exigindo que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento



da composição patrimonial, dos custos envolvidos e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício¹.

Assim, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deverá haver o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) ou aumentativa (VPA) em razão do fato gerador e de sua consequência para o patrimônio.

No caso demonstrado no achado, o reconhecimento das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro, referente ao exercício de 2024, não foi realizado, em razão de deficiência nas informações oriundas do Setor de Recursos Humanos.

Contudo, muito embora exigido pela Portaria nº. 548/2015, sua ausência não provoca inconsistência nos demonstrativos contábeis, em razão de inexistir despesas a pagar desta natureza, além de não haver nenhuma previsão legal capaz de provocar interferência no mérito dessas contas de governo.

Assim sendo, o achado merece ser tratado sob a ótica da razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual se requer o saneamento ou a expedição de recomendações ao Departamento de Contabilidade, com intuito de proceder as apropriações conforme as orientações do MCASP."

Análise da Defesa:

A defesa alega que, muito embora exigido pela Portaria nº. 548/2015, o não reconhecimento pela entidade dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias mensalmente não provoca inconsistência nos demonstrativos contábeis, em razão de inexistir despesas a pagar desta natureza, além de não haver nenhuma previsão legal capaz de provocar interferência no mérito dessas contas de governo.

Não assiste razão ao interessado, pois segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados



ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina deve ser registrada em conta com atributo Permanente (P) e posteriormente, quando do empenho, terá o saldo transportado para contas com atributo Financeiro (F) com os respectivos desdobramentos de natureza orçamentária e posterior pagamento.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.

No caso do município de Algo Garças, com população até 50 mil habitantes o prazo expirou em 2019.

Assim, permanece o apontamento, pois não houve o reconhecimento pela entidade dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias mensalmente, contrariando os Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; Lei nº 4.320/1964 - Título IX - Da contabilidade, Artigo 104; Art. 50, Inciso II da LRF; Portaria STN nº 548/2015 - PIPCP, Item 11; NBC TSP 00 - Estrutural, Item 5.14 - Definição de Passivo e MCASP 10ª 2023 - Parte II - PCP, Item 18.

Resultado da Análise: MANTIDO

4) CB04 CONTABILIDADE_GRAVE_04. Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

4.1) Não reconhecimento de obrigação, no valor de R\$ 2.746.964,68, causando subavaliação de passivo (BP) e superavaliação resultado patrimonial (DVP). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA



Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"In casu, os achados 3.1 e 4.1, versam sobre o não registro contábil das apropriações mensais das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro, exigido pela Portaria nº. 548/2015 do STN.

Sabe-se que no setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação, de acordo com a Lei nº. 4.320/64.

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas". (gn)

Entretanto, sob a ótica praticada pela Lei nº. 4.320/1964 não é suficiente para a correta mensuração, avaliação e registro dos fatos contábeis do setor público, devendo, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedecer aos princípios de contabilidade.

Desse modo, aplicar-se-á o regime da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio da entidade deverão serem reconhecidos quando do surgimento, independentemente de recebimento ou pagamento.

Nessa lógica, também não há exigência de que as despesas orçamentárias sejam empenhadas ou que as receitas orçamentárias sejam efetivamente arrecadadas para que haja o devido reconhecimento sob o ponto de vista patrimonial.

Assim sendo, apesar do Art. 35 da Lei nº. 4.320/1964 referir-se ao regime orçamentário, ressalte-se que o regime contábil sob o ponto



de vista patrimonial deve ser aplicado ao setor público em sua integralidade para reconhecimento de fatos contábeis.

No estudo e acompanhamento do objeto do patrimônio público, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme estabelece a Lei nº. 4.320/1964, *in verbis*:

"Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

[...]

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

[...]

Art. 100. As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.

[...]

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício". (gn)

Nesse passo, observa-se que, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se que sejam evidenciados os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, bem como à apuração de



custos, exigindo que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial, dos custos envolvidos e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

Assim, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deverá haver o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) ou aumentativa (VPA) em razão do fato gerador e de sua consequência para o patrimônio.

No caso demonstrado no achado, o reconhecimento das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro, referente ao exercício de 2024, não foi realizado, em razão de deficiência nas informações oriundas do Setor de Recursos Humanos.

Contudo, muito embora exigido pela Portaria nº. 548/2015, sua ausência não provoca inconsistência nos demonstrativos contábeis, em razão de inexistir despesas a pagar desta natureza, além de não haver nenhuma previsão legal capaz de provocar interferência no mérito dessas contas de governo.

Assim sendo, o achado merece ser tratado sob a ótica da razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual se requer o saneamento ou a expedição de recomendações ao Departamento de Contabilidade, com intuito de proceder as apropriações conforme as orientações do MCASP."

Análise da Defesa:

A defesa alega que, muito embora exigido pela Portaria nº. 548/2015, o não reconhecimento pela entidade dos passivos relacionados aos precatórios não provoca inconsistência nos demonstrativos contábeis, em razão de inexistir despesas a pagar desta natureza, além de não haver nenhuma previsão legal capaz de provocar interferência no mérito dessas contas de governo.



Segundo o MCASP 10, Parte III - PCE, Item 6, os precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988.

A Emenda Constitucional nº 62/2009 acrescentou o § 15º ao art. 100 da CF /1988, prevendo o estabelecimento de regime especial de precatórios para estados, Distrito Federal e municípios por meio de lei complementar. Até que fosse editada a lei complementar, o regime especial de precatórios deveria ser regido pelo art. 97 do ADCT.

Reconhecimento do Passivo

Existindo a obrigação da Fazenda Pública em virtude de uma demanda judicial deverá ser reconhecido o passivo correspondente. O registro do passivo poderá ser realizado antes da decisão definitiva que constituir o precatório, por meio do reconhecimento de uma provisão (para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, entre outros), observado o disposto no Capítulo de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes da Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual.

Ressalta-se ainda que o registro do passivo deve ser realizado pelo ente devedor e independe do aspecto orçamentário.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2019 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2020.

No caso do município de Algo Garças, com população até 50 mil habitantes o prazo expirou em 2020.

Assim, permanece o apontamento, pois não houve o reconhecimento pela entidade dos passivos relacionados a precatórios judiciais, no valor de R\$ 2.746.964,68, causando subavaliação de passivo (BP) e superavaliação do



resultado patrimonial (DVP), contrariando o § 15º do art. 100 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988); Artigos 97 e 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e MCASP 10, Parte III - PCE, Item 6.

Resultado da Análise: MANTIDO

5) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

5.1) *Inconsistência no registro de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no total de R\$ 4.850.753,36.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Os achados **5.1 e 6.1**, serão apreciados em conjunto, por tratarem de matérias semelhantes e de natureza convergente.

Em resumo, as irregularidades apresentam defeitos nos registros contábeis, pois conforme se verifica, existe divergência no confronto entre os anexos do Balanço, ausência de assinatura, provocando assim, inconsistências nos demonstrativos contábeis analisado.

Sabe-se que, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP 11, assim estabelece:

"As Demonstrações Contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade.



A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos.

Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados". (gn)

É fato incontroverso que os dados característicos aos demonstrativos contábeis para serem úteis a finalidade a que se prestam, devem segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, revestirem-se de características qualitativas, aferidas mediante o grau de relevância, fidedignidade, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e a verificabilidade.

Assim, tem-se a tamanho da importância da devida responsabilidade dos operadores da contabilidade, a restrita observância pelos demonstrativos contábeis das normas de direito financeiro e de contabilidade aplicada ao setor pública, e das Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN, para que haja transparência e fidedignidade dos fatos contábeis, de modo a assegurar a legalidade das contas públicas.

No presente caso, a permanência de divergências, ainda quando se tratar de pequena relevância, contraria os regramentos da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público Estrutura Conceitual - NBCTSPEC16 e NBCTSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, motivo pelo qual os apontamentos devem ser mantidos.

Porém, observa-se, ainda que as irregularidades tenham ocorrido, deve ser considerado como circunstância atenuante à sua gravidade, o fato de que esta não se revelou capaz de comprometer a fiscalização do controle externos nos registros contábeis dos Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, além da atuação da Administração Municipal em tentar corrigir as falhas apontadas.



Demonstrando a sua boa-fé e a preocupação em cumprir os regramentos do direito financeiro, a Defesa procedeu a correção dos demonstrativos contábeis defeituosos, e, na parte da ausência das assinaturas, junta a peça devidamente assinada, esperando contribuir para o saneamento do achado, **(Doc. 04 - Balanço Contas Anuais de Governo 2024)**.

Com relação as Inconsistência no registro de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no total de R\$ 4.850.753,36, informa-se que o Gestor Sucessor e sua Equipe de Contabilidade, dificultou o acesso as informações contábeis, impossibilitando qualquer correção nos demonstrativos contábeis.

Dessa forma, com fundamento na razoabilidade, requer-se o acatamento das justificativas e correções nos demonstrativos contábeis, na parte da ausência de assinaturas, para o saneamento do apontamento 6.1, e a expedição de recomendações ao item 5.1, em razão da boa-fé do Manifestante.

Tudo isso não é apenas possível, como necessário, conforme entendimento exposto pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, reconhecendo o esforço e a boa-fé do Gestor na correção dos demonstrativos contábeis, conforme demonstrado na seguinte Ementa:

"Em concordância com a 3ª Secex e com o Ministério Público de Contas, entendo que as irregularidades 2 (CB02: subitens 2.1 e 2.3), 3 (CB07: todos os subitens) e 4 (CC07: subitens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.5) merecem ser sanadas, tendo em vista a comprovação por parte do gestor da correção e republicação dos demonstrativos contábeis.

Porém, há que se ressaltar que a alteração de registros contábeis é um fato relevante e, como tal, deve ser acompanhada de Notas Explicativas, o que não ocorreu, fato esse que merece recomendação para adoção de medidas corretivas". (Processo nº. 53.848-5/2023, Prefeitura de Alto da Boa Vista/MT, Contas Anuais de Governo de 2023, Conselheiro Valter Albano da Silva) (gn).

Inclusive, o Ministério Público de Contas tem expedido apenas recomendações, pois senão veja-se:



"PARECER Nº 4.641/2022

EMENTA: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2021. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM. NÃO CUMPRIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DO FUNDEB. REGISTROS CONTÁBEIS INCORRETOS. IRREGULARIDADES DE TRANSPARÊNCIA. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. AUSÊNCIA DE DESTAQUE NA LOA DOS VALORES CORRETOS DE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. NÃO DEFINIÇÃO DE METAS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO. DIVERGÊNCIA NAS INFORMAÇÕES ENVIADAS VIA APLIC E NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. ATRASO NO ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCE/MT. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL PELA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS. SUGESTÃO DE RECOMENDAÇÕES.

(...)

133. O MP de Contas ressalta que a irregularidade é inconteste, pois reconhecido pelo gestor a existência das divergências nos registros contábeis, razão pela qual se manifesta pela manutenção do apontamento CB02.

Sugere-se a expedição de recomendação ao Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 22, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), para que, quando do julgamento das referidas contas, recomende ao Chefe do Poder Executivo que aprimore o sistema contábil para evitar divergência de informações em seus registros". (gn)

Por fim, vale salientar que as falhas inicialmente verificadas, apesar de reprovável, não se revelaram capazes de comprometer a fiscalização do controle externo nos registros contábeis dos Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, cabendo para o caso a expedição de recomendação."

Análise da Defesa:



Quanto a este apontamento, a defesa justifica que o gestor sucessor e sua equipe de contabilidade, dificultaram o acesso às informações contábeis, impossibilitando qualquer correção nos demonstrativos contábeis.

Assim, permanece o apontamento, pois ficou evidenciado a inconsistência no registro de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no total de R\$ 4.850.753,36, estando em desconformidade com o MCASP 10ª Ed., Parte III - PCE, Item 5.2.5.

Na proposta de encaminhamento do relatório técnico preliminar (documento digital nº 621988/2025), foi sugerido ao Conselheiro Relator determinar à Gerência Tributária, vinculada à Secretaria de Finanças e Planejamento, responsável pela gestão da dívida ativa, providenciar o cálculo e o registro contábil do ajuste para perdas, através de metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimentos dos créditos inscritos.

Resultado da Análise: MANTIDO

6) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330 /2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

6.1) *Demonstrativos contábeis de 2024 sem assinatura do responsável técnico.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Os achados **5.1 e 6.1**, serão apreciados em conjunto, por tratarem de matérias semelhantes e de natureza convergente.



Em resumo, as irregularidades apresentam defeitos nos registros contábeis, pois conforme se verifica, existe divergência no confronto entre os anexos do Balanço, ausência de assinatura, provocando assim, inconsistências nos demonstrativos contábeis analisado.

Sabe-se que, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP 11, assim estabelece:

"As Demonstrações Contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade.

A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos.

Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados". (gn)

É fato incontroverso que os dados característicos aos demonstrativos contábeis para serem úteis a finalidade a que se prestam, devem segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, revestirem-se de características qualitativas, aferidas mediante o grau de relevância, fidedignidade, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e a verificabilidade.

Assim, tem-se a tamanho da importância da devida responsabilidade dos operadores da contabilidade, a restrita observância pelos demonstrativos contábeis das normas de direito financeiro e de contabilidade aplicada ao setor pública, e das Instruções, Manuais e



Procedimentos Contábeis da STN, para que haja transparência e fidedignidade dos fatos contábeis, de modo a assegurar a legalidade das contas públicas.

No presente caso, a permanência de divergências, ainda quando se tratar de pequena relevância, contraria os regramentos da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público Estrutura Conceitual - NBCTSPEC16 e NBCTSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, motivo pelo qual os apontamentos devem ser mantidos.

Porém, observa-se, ainda que as irregularidades tenham ocorrido, deve ser considerado como circunstância atenuante à sua gravidade, o fato de que esta não se revelou capaz de comprometer a fiscalização do controle externos nos registros contábeis dos Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, além da atuação da Administração Municipal em tentar corrigir as falhas apontadas.

Demonstrando a sua boa-fé e a preocupação em cumprir os regramentos do direito financeiro, a Defesa procedeu a correção dos demonstrativos contábeis defeituosos, e, na parte da ausência das assinaturas, junta a peça devidamente assinada, esperando contribuir para o saneamento do achado, (**Doc. 04 - Balanço Contas Anuais de Governo 2024**).

Com relação as Inconsistência no registro de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no total de R\$ 4.850.753,36, informa-se que o Gestor Sucessor e sua Equipe de Contabilidade, dificultou o acesso as informações contábeis, impossibilitando qualquer correção nos demonstrativos contábeis.

Dessa forma, com fundamento na razoabilidade, requer-se o acatamento das justificativas e correções nos demonstrativos contábeis, na parte da ausência de assinaturas, para o saneamento do apontamento 6.1, e a expedição de recomendações ao item 5.1, em razão da boa-fé do Manifestante.



Tudo isso não é apenas possível, como necessário, conforme entendimento exposto pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, reconhecendo o esforço e a boa-fé do Gestor na correção dos demonstrativos contábeis, conforme demonstrado na seguinte Ementa:

"Em concordância com a 3ª Secex e com o Ministério Público de Contas, entendo que as irregularidades 2 (CB02: subitens 2.1 e 2.3), 3 (CB07: todos os subitens) e 4 (CC07: subitens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.5) merecem ser sanadas, tendo em vista a comprovação por parte do gestor da correção e republicação dos demonstrativos contábeis.

Porém, há que se ressaltar que a alteração de registros contábeis é um fato relevante e, como tal, deve ser acompanhada de Notas Explicativas, o que não ocorreu, fato esse que merece recomendação para adoção de medidas corretivas". (Processo nº. 53.848-5/2023, Prefeitura de Alto da Boa Vista/MT, Contas Anuais de Governo de 2023, Conselheiro Valter Albano da Silva) (gn).

Inclusive, o Ministério Público de Contas tem expedido apenas recomendações, pois senão veja-se:

"PARECER Nº 4.641/2022

EMENTA: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2021. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM. NÃO CUMPRIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DO FUNDEB. REGISTROS CONTÁBEIS INCORRETOS. IRREGULARIDADES DE TRANSPARÊNCIA. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. AUSÊNCIA DE DESTAQUE NA LOA DOS VALORES CORRETOS DE



ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. NÃO DEFINIÇÃO DE METAS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO. DIVERGÊNCIA NAS INFORMAÇÕES ENVIADAS VIA APLIC E NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. ATRASO NO ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCE/MT. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL PELA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS. SUGESTÃO DE RECOMENDAÇÕES.

(...)

133. O MP de Contas ressalta que a irregularidade é inconteste, pois reconhecido pelo gestor a existência das divergências nos registros contábeis, razão pela qual se manifesta pela manutenção do apontamento CB02.

Sugere-se a expedição de recomendação ao Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 22, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), para que, quando do julgamento das referidas contas, recomende ao Chefe do Poder Executivo que aprimore o sistema contábil para evitar divergência de informações em seus registros". (gn)

Por fim, vale salientar que as falhas inicialmente verificadas, apesar de reprovável, não se revelaram capazes de comprometer a fiscalização do controle externo nos registros contábeis dos Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, cabendo para o caso a expedição de recomendação."

Análise da Defesa:

A defesa anexou aos autos os demonstrativos contábeis consolidados de 2024 assinados pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Contador(documento digital nº. 639454/2025 - pág. 49 a 64/376), saneando o apontamento.



Resultado da Análise: SANADO

7) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

7.1) As notas explicativas apresentadas nos demonstrativos contábeis não estão em conformidade com os regramentos vigentes. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"O achado de auditoria representa, na verdade, uma crítica as Notas Explicativas apresentadas nas Contas Anuais de Governo em apreço, do que uma irregularidade.

As normas ABNT, menciona que notas explicativas com referências cruzadas servem para adicionar esclarecimentos ou informações adicionais sobre o conteúdo dos Demonstrativos Contábeis, bem como serve para direcionar o leitor a outras partes do demonstrativo, ou outras fontes de informações constante no documento.

Contudo, no caso em análise, não se trata da ausência das notas explicativas, pois constam nos Demonstrativos Contábeis, conforme relatado pela Douta Equipe Técnica, cuja ressalva para ausência das referências cruzadas que, não tem o condão de, por si só, conduzir à irregularidade da prestação de contas, visto que o fato não comprometeu o exame das contas, por serem possíveis todas as avaliações contábeis.



É neste sentido o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme exposto na seguinte Ementa:

"EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E LAZER ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIVERGÊNCIA ENTRE REGISTROS EXTRATOS BANCÁRIOS E DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS REGISTRADAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS IRREGULARIDADE MULTA AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS RECOMENDAÇÃO. 1. A ausência das notas explicativas não tem o condão de, por si só, conduzir à irregularidade da prestação de contas, visto que o fato não comprometeu o exame das contas, por serem possíveis todas as avaliações contábeis, entretanto, são emitidas a recomendação ao atual gestor para que cumpra com a obrigatoriedade de elaboração e publicação, conjuntamente aos demonstrativos contábeis. 2. A infração à norma legal, decorrente da escrituração contábil, ocasionada pela divergência entre as disponibilidades financeiras registradas nos demonstrativos contábeis e os extratos bancários juntados aos autos, enseja a declaração de irregularidade da prestação de contas anual de gestão e a aplicação de multa ao responsável. ACÓRDÃO: Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 6ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 5 a 8 de abril de 2021, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em declarar a irregularidade das contas do Fundo Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer de Terenos, exercício de 2016, gestão da Sra. Carla Castro Rezende Diniz Brandão, Prefeita Municipal, à



época, em virtude da divergência entre os extratos bancários e os Demonstrativos Contábeis, conforme as razões deste voto, o que faço nos termos do art. 59, III, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, sem prejuízos das cominações, anteriores ou posteriores, impostassem julgamentos de outros processos; e aplicar multa equivalente ao valor de 50 (cinquenta) UFERMS à responsável, concedendo-lhe o prazo de 45 (quarenta e cinco) para comprovação nos autos do seu recolhimento a favor do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul - FUNTC, sob pena de execução judicial; e emitir recomendação ao atual gestor para que aperfeiçoe o processo de elaboração de notas explicativas, seguindo orientações do MCASP, e as publique conjuntamente aos demonstrativos contábeis. Campo Grande, 8 de abril de 2021. Conselheiro Marcio Campos Monteiro Relator". (TCE-MS - CONTAS DE GESTÃO: 067852017 MS 1804711, Relator.: MARCIO CAMPOS MONTEIRO, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 2813, de 05/05/2021) (gn)

Desse modo, a expedição de recomendação para o aprimoramento das Notas Explicativas seria a medida razoável, proporcional e mais adequada."

Análise da Defesa:

Após análise das justificativas apresentadas pela defesa, permanece o apontamento.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação do Prefeito Municipal de ALTO GARCAS:



Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, elaborem as notas explicativas dos Demonstrativos Contábeis nos termos do MCASP 10ª ed. , item 8.2.

Resultado da Análise: MANTIDO

8) DA01 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_01. Disponibilidade de caixa insuficiente para o pagamento de obrigação de despesa contraída nos dois últimos quadrimestres do mandato (art. 42, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000).

8.1) Foi apurado, pela equipe técnica, após os ajustes, Indisponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a Pagar não Processados do exercício (Em 31/12), no valor de R\$ -2.450.252,40. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"No caso dos autos, aos olhos da Douta Equipe de Auditoria, as fontes de recursos se mostraram insuficientes, e as despesas, aparentemente foram realizadas no período proibitivo, porém o achado precisa ser analisado com a devida cautela, identificando as possíveis causas que deram origem a suposta situação deficitária apontada.

Isso porque, os nobres julgadores, na condução do voto, em casos análogos, têm se mostrado atentos, principalmente na verificação das causas, e da presença ou não de situações agravantes ou atenuantes da irregularidade, como forma de se evitar atribuir culpa ao Gestor, sem que ele tenha dado causa ao surgimento do achado.



Dentre as causas que podem ensejar situações atenuantes, destaca-se a frustração de receitas correntes, programadas para serem repassadas ao Jurisdicionados, porém por culpa exclusiva do agente repassador, deixaram de ser repassadas, obrigando o Gestor a promover uma reprogramação no orçamento em execução.

Na mesma toada, faz-se necessário verificar se a insuficiência financeira apontada no achado de auditoria, tem origem na inscrição de despesas em restos a pagar realizada em exercícios anteriores, fora do período proibitivo pelo Art. 42 da LRF, situação que pode influenciar de maneira negativa na apuração das fontes de recursos mencionadas.

Pertinente ainda verificar o fato gerador da despesa, que pode não ter sido realizada no momento do seu empenhamento.

A utilização correta e eficiente dos recursos públicos e a efetividade /eficiência na arrecadação das receitas, resultando na ação responsável e pragmática na programação e execução de despesas, à medida que a responsabilidade fiscal transcende a mera responsabilidade civil do Estado e invade outros campos, como a prestação de contas, a transparência e a cidadania, sem dúvida, é a premissa mestra da Lei de Responsabilidade Fiscal, *art. 1º, §1º, in verbis*:

"O § 1º do art. 1º da LRF estabelece que responsabilidade na gestão fiscal é a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e



mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar." (gn)

Pois bem!

A irregularidade levada a efeito pela Nobre Equipe de Auditoria, foi construída com base em duas suposições;

(i) a quantia de R\$ 993.220,13, referente às despesas empenhadas em 2025 como despesa de exercício anterior, foram realizadas no exercício de 2024;

(ii) o valor de R\$ 1.957.882,93, referente a cancelamento de Restos a Pagar Não Processados, foram realizadas no exercício de 2024.

Essa não é a metodologia correta de apuração.

O afronto ao Art.42 da LRF, tem como pressuposto a realização de despesas nos dois últimos quadrimestres do exercício relativo ao último ano de mandato, cuja metodologia utilizada é a demonstração real das despesas daquele período, sendo inoportuno o confronto entre a indisponibilidade do dia 30/4, com o saldo financeiro do dia 31/12, e o aumento de despesa no exercício.

Dessa forma, na construção do achado, o valor de **R\$ 993.220,13**, empenhadas em 2025 pelo Gestor Sucessor como despesa de exercício anterior, a quantia de **R\$ 829.011,32**, são de **precatórios**, conforme se demonstra no quadro na pag. 24/376.

Contudo, o valor oriundo aos precatórios deve ser afastado, pois, conforme pode ser confirmado na relação de precatórios (**Doc. 05 - Relação de Precatórios ANEXO IV- pág. 135/376**), esses possuem seus processos de origem em 2021 e 2022 e seu protocolo em 2023,



comprovando que essas dívidas não foram contraídas em 2024, não sendo possível considerar dívidas dos 02 (dois) últimos quadrimestres, objeto do apontamento.

Mais adiante, conforme demonstrado pela equipe técnica nas páginas 131 a 135, foi acrescido ao Passivo Financeiro, fonte 500, a quantia de R\$ 1.957.882,93, referente a anulação de Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS, conforme se demonstra na pag. 24/376.

Conforme se verifica, o valor ajustado pela Equipe de Auditoria, **R\$ 1.957.882,93, Fonte 500**, são dos empenhos: **2438/2023, 3719/2023 e 6990/2023**, portanto, em simples leitura na data de empenhamento das despesas, verifica-se tratar de despesas realizadas no exercício de 2023, e não no período proibitivo.

Portanto, o achado de auditoria não se confirmou."

Análise da Defesa:

A defesa esclarece e demonstra que os precatórios, no valor de R\$ 829.011,32, têm como origem os exercícios de 2021 e 2022 e seu protocolo em 2023, comprovando que essas dívidas não foram contraídas em 2024, portando, após a análise da defesa, essas despesas foram excluídas da apuração no demonstrativo abaixo.

Nesta linha serão considerados, apenas, o valor de R\$ 164.208,81, como despesas de 2024, empenhados em 2025, conforme consta do relatório técnico preliminar (documento digital nº 621988/2025 - pág.131 e 132/290).

Quanto aos cancelamentos dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), no valor de **R\$ 1.957.882,93, Fonte 500**, são dos empenhos: **2438/2023, 3719/2023 e 6990/2023**, verifica-se tratar de despesas realizadas no exercício de 2023, e não no período proibitivo de 2024, portanto, após a análise da defesa, essas despesas foram excluídas da apuração no demonstrativo abaixo.

Colunas	
---------	--



Dados extraídos do sistema APLIC		DEFESA
Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF) e (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")		
Descrição	Valor	Valor
FONTE: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos		
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	2.120.440,71	2.120.440,71
Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	107.499,45	107.499,45
Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	323.843,83	323.843,83
RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	358.550,76	358.550,76
Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	1.330.546,67	1.330.546,67
RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	829.696,01	829.696,01
Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g	500.850,66	500.850,66
Ajustes : RN nº 43/2013, item 5 e RC nº 32/2013, item 2		
(-) Despesas efetivamente realizada em 2024, porém empenhadas em DEA de 2025	993.220,13	164.208,81
(=) Indisponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12)	-492.369,47	336.641,85
(-) RPNP Cancelados sem documentos e justificativas	1.957.882,93	0,00
(=) Indisponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12)	-2.450.252,40	336.641,85
Colunas	A	
Fonte: Elaboração Adaptado pela Equipe Técnica		

Diante disso, após análise da defesa, foi apurado Disponibilidade Líquida para Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo, no valor de R\$ 336.641,85, nos termos do Art. 42 e art. 55, inciso III, alínea "a" da LRF.

Assim, considera-se sanado o apontamento.

Resultado da Análise: SANADO



9) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

9.1) *Houve abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis nas Fontes: 540 e 552, no total de R\$ 27.471,67.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Apesar da existência de abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis nas Fontes: 540 e 552, no total de R\$ 27.471,67, o achado merece ser tratado com razoabilidade.

Primeiro, pela baixa materialidade demonstrada.

Segundo, conforme se extrai do quadro de apuração do Déficit /Superávit Financeiro do Relatório Prévio de Auditoria, essas fontes, no encerramento do exercício, apresentaram saldo de **Superávit Financeiro no valor de R\$ 1.061.730,73 e R\$ 5.238,31**, respectivamente, **o que** demonstra que os recursos não foram utilizados.

Assim sendo, pede-se a expedição de recomendações."

Análise da Defesa:

A defesa confirma a existência de abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis nas Fontes: 540 e 552, no total de R\$ 27.471,67, e assevera que o achado merece ser tratado com razoabilidade, devido a baixa materialidade demonstrada.



Diante disso, permanece o apontamento, pois foi apurado, em 2024, a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação nas Fontes: 540 e 552, no total de R\$ 27.471,67, destacando-se que os créditos adicionais abertos foram utilizados, conforme se pode observar pelos empenhos realizados nas respectivas fontes de recursos.

Resultado da Análise: MANTIDO

10) MB04 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_04. Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 208, caput, e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2021; Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2015; Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício; arts. 157 e 171 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

10.1) *O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 16 /2021.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Os achados de Auditoria 10.1 e 12.1, por serem simulares, serão respondidos em conjunto.

Data máxima vênua, nenhuma das irregularidades poderia serem atribuídas ao Manifestante, por uma razão muito simples.

No primeiro achado de auditoria, necessário visitar a Constituição do Estado de Mato Grosso, que para o caso concreto, assim estabelece:



"Art. 208. O Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal remeterão ao Tribunal de Contas o balancete mensal, até o último dia do mês subsequente, transcorrido o prazo sem que isso ocorra, o Tribunal de Contas dará ciência do fato à Câmara Municipal, confirmada a omissão, a Câmara Municipal adotará as providências legais para compelir o faltoso ao cumprimento da obrigação.

Art. 209. As contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara ficarão, durante sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro, à disposição na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, após divulgação prevista na Lei Orgânica Municipal, de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.

§ 1º As contas serão remetidas ao Tribunal de Contas do Estado, pelos responsáveis dos respectivos Poderes, no dia seguinte ao término do prazo, com o questionamento que houver, para emissão do parecer prévio. " (gn)

Conforme disposição contida na Resolução Normativa nº. 16/2021, *verbi gratia*:

"Art. 188 Os chefes do Poder Executivo dos respectivos municípios deverão transmitir eletronicamente a prestação de contas anuais e mensais conforme estabelecido em normativo próprio do Tribunal de Contas. " (gn)

Sem delongas desnecessárias, é fato incontroverso que o Manifestante, na condição de Gestor Sucedido, estava impossibilitado de encaminhar as Contas Anuais de Governo de 2024, no tempo certo, porque não estava mais responsável pela Administração de Alto Garças/MT, cabendo ao Gestor Sucessor esta tarefa.

Situação idêntica para o segundo caso, cuja responsabilidade para dar publicidade as Contas Anuais de Governo, ora analisada, também



pertence ao Gestor Sucessor, de modo que, não resta outra alternativa, a não ser o saneamento dos apontamentos."

Análise da Defesa:

Diante da manifestação da defesa, considera-se sanado o apontamento.

Resultado da Análise: SANADO

11) MC05 PRESTAÇÃO DE CONTAS_MODERADA_05. Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 152, § 3º, do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16 /2021).

11.1) *Foram apuradas distorções de saldos entre os dados do sistema APLIC e o Saldo do Quadro de Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado de 31/12/2024, nas Fontes de Recursos: 500; 501; 540; 550; 576; 599; 600; 601; 602; 604; 621; 660; 661; 701; 706; 710; 711; 751 e 759. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Na análise feita pela Equipe Técnica, encontrou-se nas informações do Sistema APLIC o valor a maior no montante de R\$ 3.734.778,15.

Este fato ocorreu, pois, os relatórios extraídos para a construção do achado, foi obtido antes do envio do APLIC de dezembro de 2024.

Para corroborar, o documento em anexo, Balancete emitido pelo sistema APLIC de 2024, a conta que demonstra o Superávit do exercício (82111010000), apresenta o saldo idêntico ao enviado no PDF da Prefeitura, no valor de R\$ 13.856.973,18(pág. 28/376).



Como não possuímos acesso ao sistema APLIC, onde demonstra os valores de Superávits por fonte, essa é a comprovação mais contundente a ser apresentada, sem prejuízo de nova conferência pela Equipe de Auditoria (**Doc. 06 - Balancete de Verificação - pág. 153 /376**).

Pelo exposto, requer-se o afastamento do achado."

Análise da Defesa:

Assiste razão ao interessado, haja vista que em consulta aos dados do sistema APLIC na aba>informes mensais>contabilidade>ativos e passivos financeiros por fontes>acumulado até o mês - ENCERRAMENTO - dados consolidados do ente, constata-se o saldo de Superávit/Déficit Financeiro de R\$ 13.856.973,18, conferindo com o saldo do balanço em pdf da Prefeitura.

Assim, considera-se sanado o apontamento.

Resultado da Análise: SANADO

12) NB05 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_05. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).

12.1) *Ausência de transparência na publicação dos demonstrativos contábeis.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Os achados de Auditoria 10.1 e 12.1, por serem simulares, serão respondidos em conjunto.



Data máxima vênia, nenhuma das irregularidades poderia serem atribuídas ao Manifestante, por uma razão muito simples.

No primeiro achado de auditoria, necessário visitar a Constituição do Estado de Mato Grosso, que para o caso concreto, assim estabelece:

"Art. 208. O Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal remeterão ao Tribunal de Contas o balancete mensal, até o último dia do mês subsequente, transcorrido o prazo sem que isso ocorra, o Tribunal de Contas dará ciência do fato à Câmara Municipal, confirmada a omissão, a Câmara Municipal adotará as providências legais para compelir o faltoso ao cumprimento da obrigação.

Art. 209. As contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara ficarão, durante sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro, à disposição na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, após divulgação prevista na Lei Orgânica Municipal, de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.

§ 1º As contas serão remetidas ao Tribunal de Contas do Estado, pelos responsáveis dos respectivos Poderes, no dia seguinte ao término do prazo, com o questionamento que houver, para emissão do parecer prévio. " (gn)

Conforme disposição contida na Resolução Normativa nº. 16/2021, *verbi gratia*:

"Art. 188 Os chefes do Poder Executivo dos respectivos municípios deverão transmitir eletronicamente a prestação de contas anuais e mensais conforme estabelecido em normativo próprio do Tribunal de Contas. " (gn)

Sem delongas desnecessárias, é fato incontroverso que o Manifestante, na condição de Gestor Sucedido, estava impossibilitado de encaminhar as Contas Anuais de Governo de 2024, no tempo



certo, porque não estava mais responsável pela Administração de Alto Garças/MT, cabendo ao Gestor Sucessor esta tarefa.

Situação idêntica para o segundo caso, cuja responsabilidade para dar publicidade as Contas Anuais de Governo, ora analisada, também pertence ao Gestor Sucessor, de modo que, não resta outra alternativa, a não ser o saneamento dos apontamentos."

Análise da Defesa:

Assiste razão ao interessado, sanando o apontamento.

Resultado da Análise: SANADO

13) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da "semana escolar de combate à violência contra a mulher" (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

13.1) Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 14.164 /2021. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Com relação a este apontamento a defesa faz as seguintes justificativas:

"Para o deslinde da controvérsia, faz-se necessário pontuar que a unidade técnica imputou a supracitada irregularidade em razão do suposto desrespeito às disposições da Lei nº. 14.164/2021, a qual, além de alterar a Lei nº. 9.394/1996, determinando no § 9º, do Art. 26, a inclusão nos currículos escolares de temas transversais sobre a prevenção e combate à violência contra a mulher, também instituiu a realização da "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher", a se realizar preferencialmente no mês de março.

Neste sentido, vejam-se os dispositivos legais, *in verbis*:



"Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 26. (...) § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino'.

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e



VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino". (gn)

Pela leitura dos dispositivos acima, observa-se que o legislador apresenta duas medidas específicas que devem ser adotadas, isto é, a inclusão do assunto como tema transversal no currículo escolar e a realização da "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher".

Com relação à inclusão no currículo escolar de conteúdos relativos à Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher, cabe ressaltar que o currículo escolar deve ter a base nacional comum, com a presença de língua portuguesa, matemática e demais matérias de conhecimento do mundo físico e natural, mas também deve ser complementado com temas transversais diversificados e relacionados com as características regionais e locais da sociedade, cultura, economia e dos educandos.

Neste sentido, assim dispõe o Art. 26 da LDB, verbi gratia:

"Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

(...) § 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.



§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação". (gn)

Nesse passo, nota-se que o objetivo dos legisladores consiste na inserção do assunto em questão nos currículos escolares como um tema transversal, a ser tratado de forma discricionária pelo município, resguardando a compatibilidade com os planos de educação e normas gerais.

Assim, é perfeitamente possível a inclusão de temas transversais por meio de filmes, consoante esclarecimento do §8º do Art. 26 citado anteriormente, ou ainda, por meio de palestras, distribuição de panfletos, cartazes, dentre outras providências adotadas pelo Gestor.

Desse modo, para fins de análise da irregularidade, deve ser examinada a mera **inclusão do tema transversal** no currículo escolar no exercício, por parte dos prefeitos, secretários municipais ou outro gestor educacional designado, sem efetuar juízo de valor se a opção escolhida fora oportuna ou adequada.

Lado outro, com relação à realização de uma "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher", verifica-se que a legislação delimita a ação a ser realizada, uma vez que o Art. 2º da Lei nº.



14.164/2021 determina de forma clara que a referida semana tem que ser realizada no mês de março e atender a uma série de objetivos delineados nos incisos I a VII do respectivo dispositivo.

Nesse passo, segue as informações a respeito da inclusão dos temas transversais, estão inclusas no PPP - Projeto Político Pedagógico, além de todas as ações sobre o tema combate à violência contra a mulher, realizada. (**Doc. 07 - Relatório Combate à Violência-pág. 156 a 182/376**)."

Análise da Defesa:

Os documentos apresentados pela defesa, sanam o apontamento.

Resultado da Análise: SANADO

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Após análise das contas anuais de governo de 2024 e da defesa, do município de Alto Garças, sugere-se ao Conselheiro Relator, as seguintes propostas de Recomendações e Determinações:

A - Determinar ao atual Chefe do Poder Executivo de Alto Garças:

1 - Faça expedir determinação à Gerência Tributária, vinculada à Secretaria de Finanças e Planejamento, responsável pela gestão da dívida ativa, para providenciar o cálculo e o registro contábil do ajuste para perdas, através de metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimentos dos créditos inscritos, conforme apurado no Tópico 5.1.3.5., do Relatório Técnico Preliminar;

2 - Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, elaborem as notas explicativas dos Demonstrativos Contábeis nos termos do MCASP 10ª ed. , item 8.2;



3 - Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes, conforme apurado no Tópico 5.2 do Relatório Técnico Preliminar.

B - Recomendar à Secretaria Geral de Controle Externo - Segecex, deste Tribunal:

1 - Implementar nos Ativos e Passivos Financeiro por Fontes, a emissão de relatórios sistematizados, analíticos e sintéticos, já com a exclusão das contas 1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, possibilitando às Equipes Técnicas a identificação e apontamento das divergências nas análises de contas anuais, buscando atender o objetivo do modelo de auditoria pública informatizada de contas (APLIC) que foi desenvolvido para fortalecer o papel constitucional do Tribunal de Contas, ampliando o trabalho de controle externo e contribuindo para que haja um fortalecimento no controle interno dos jurisdicionados, conforme apurado no Tópico 5.1.3.7, do Relatório Técnico Preliminar;

2 - Implementar metodologia de apuração de cálculo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino - MDE, 25%, nos modelos de análises de contas anuais de governo, com mapeamentos que identifiquem e alcancem até o limite da conta corrente específica do FUNDEB dos Municípios, possibilitando às Equipes Técnicas realizarem ajustes nas apurações dos limites constitucionais nas análises de contas anuais de governo, conforme apurado no Tópico 6.2, do Relatório Técnico Preliminar.



4. CONCLUSÃO

Após análise da manifestação da defesa, conclui-se pelo saneamento dos itens 6.1; 10.1; 11.1; 12.1 e 13.1, e pela manutenção dos itens 1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.1, 7.1; 8.1 e 9.1, do relatório técnico preliminar (documento digital nº 621988/2025).

4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE

CLAUDINEI SINGOLANO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2024

1) AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_01. Percentual da receita base definida pela Constituição Federal e lei específica, aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, abaixo do mínimo de 25% (art. 212 da Constituição Federal; art. 1º da Lei nº 14.113/2020).

1.1) Não houve cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

2) AA04 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_04. Encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente sem a utilização de 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício (art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020).

2.1) No primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente não aplicou 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício (art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

3) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

3.1) Não reconhecimento pela entidade dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias mensalmente - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA



4) CB04 CONTABILIDADE_GRAVE_04. Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

4.1) Não reconhecimento de obrigação, no valor de R\$ 2.746.964,68, causando subavaliação de passivo (BP) e superavaliação resultado patrimonial (DVP). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

5) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

5.1) Inconsistência no registro de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no total de R\$ 4.850.753,36. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

6) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330/2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

6.1) SANADO

7) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

7.1) As notas explicativas apresentadas nos demonstrativos contábeis não estão em conformidade com os regramentos vigentes. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

8) DA01 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_01. Disponibilidade de caixa insuficiente para o pagamento de obrigação de despesa contraída nos dois últimos quadrimestres do mandato (art. 42, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000).



8.1) *SANADO*

9) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

9.1) *Houve abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis nas Fontes: 540 e 552, no total de R\$ 27.471,67. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

10) MB04 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_04. Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 208, caput, e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2021; Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2015; Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício; arts. 157 e 171 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

10.1) *SANADO*

11) MC05 PRESTAÇÃO DE CONTAS_MODERADA_05. Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 152, § 3º, do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

11.1) *SANADO*

12) NB05 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_05. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).

12.1) *SANADO*

13) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).



13.1) *SANADO*

Em Cuiabá-MT, 4 de outubro de 2025

JOAO ROBERTO DE PROENÇA

AUDITOR PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA